

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.257.890 - GO (2018/0047417-7)

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : SAMI ABRÃO HELOU**  
**ADVOGADOS : ADRIANA FONSECA PEREIRA - GO018145**  
**DANIELA MARQUES MORGADO - GO025002**  
**AGRAVADO : SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A**  
**ADVOGADO : ANDRE LUIZ DO RÊGO MONTEIRO TAVARES PEREIRA -**  
**RJ109367**  
**ADVOGADOS : CAROLINA CARDOSO FRANCISCO MOUTINHO - RJ116999**  
**YANA CAVALCANTE DE SOUZA - GO022930**

### DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/2015) interposto por SAMI ABRÃO HELOU contra decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal.

O apelo extremo, a seu turno, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado (fls. 272-273 e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. MAJORAÇÃO DO VALOR DE CONTRIBUIÇÃO E APORTES DE CAPITAL. IMPOSSIBILIDADE. DESCONTINUIDADE DO PLANO. PRETENSÃO DE DESVIRTUAMENTO CONTRATUAL. PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO E DA SUA HIGIDEZ FINANCEIRA. SENTENÇA MANTIDA.

1. O contrato de previdência complementar tem por objeto a prestação de serviços de gestão financeira dos recursos depositados pelos participantes, com a finalidade de promover a capitalização de valores para a formação de uma reserva de capital em nome do contratante, o qual terá o direito de, após um prazo contratado, receber prestações mensais continuadas e vitalícias para a complementação de eventual aposentadoria recebida.

2. A rigidez quanto à imutabilidade dos contratos, sobretudo dos que se prolongam no tempo, como o de previdência complementar, não pode ser tamanha a ponto de ocasionar a sua ruína ou a inviabilidade do seu cumprimento, se fazendo possível a sua modificação consubstanciada na exigência de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos planos contratados.

3. Havendo risco de comprometimento do contrato, em virtude do possível desvirtuamento da sua finalidade de garantia de renda futura, legítima se faz a recusa da apelada na majoração das contribuições do apelante com o escopo de preservar o objeto do contrato e impedir o seu desequilíbrio econômico.

4. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (fls. 285-299 e-STJ).

Em suas razões de recurso especial (fls. 302-310 e-STJ), a parte recorrente aponta violação aos arts. 421 e 422 do Código Civil, sob os seguintes argumentos, em síntese:

Sustenta, em suma, que possui o direito de aumentar o valor das

# Superior Tribunal de Justiça

contribuições do seu plano de previdência complementar, bem como, de fazer aportes de capital, mediante depósitos esporádicos, tendo em vista que os referidos procedimentos estão de acordo com as regras previstas no contrato, não podendo ser negado pela entidade de previdência privada, sob pena de violação ao princípio do *pacta sunt servanda*.

Contrarrazões às fls. 318-322 e-STJ.

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, sob o fundamento da incidência do óbice da Súmula 7/STJ.

Daí o agravo (fls. 340-344 e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a parte insurgente refuta o óbice aplicado pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 349-354 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Cinge-se a pretensão recursal à verificação acerca da legalidade da negativa, pela entidade de previdência privada, do incremento das contribuições mensais e do aporte de capital, mediante depósitos esporádicos, por opção do particular.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, manteve a sentença de improcedência do pedido inicial, sob a seguinte fundamentação (fls. 266-271 e-STJ):

Como visto, cuida-se de apelação cível interposta contra a sentença que julgou improcedente o pedido inicial, condenando o autor/apelante ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa.

O inconformismo do apelante cinge-se ao fato da apelada não aceitar o aumento da sua contribuição mensal para o plano de previdência complementar, por considerar nítida a pretensão de utilização do plano com caráter especulativo.

Da análise dos autos, observo que o apelante firmou contrato, de plano de previdência complementar com a apelada, iniciando a sua contribuição em um valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), o qual, após diversos aumentos passou a efetuar a contribuição mensal da quantia de R\$ 3.731,85 (três mil, setecentos e trinta e um reais e oitenta e cinco centavos).

Ocorre que, no ano de 2014, manifestou o interesse de realizar novo incremento da contribuição, que passaria a ser de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), o que, porém, foi negado pela ré/apelada.

Pois bem. **Não obstante as alegações do apelante, tenho que o juízo de 1º grau agiu corretamente, não havendo razão para a modificação do decisor recorrido, tendo em vista que a negativa da apelada em aceitar o aumento proposto se faz com o objetivo de evitar a quebra contratual.**

Como sabido, o contrato de previdência tem por objeto a prestação de serviços de gestão financeira dos recursos depositados pelos participantes, com a finalidade de promover a capitalização de valores para a formação de uma reserva de capital em nome do contratante, o qual terá o direito de, após um prazo contratado, receber prestações mensais continuadas e vitalícias para a complementação de eventual aposentadoria recebida.

**No que tange ao plano contratado pelo apelante, vale ressaltar que a apelada, em virtude das alterações do mercado financeiro, bem como visando o equilíbrio econômico do contrato promoveu o seu**

**arquivamento na SUSEP, o que acarretou a vedação de novas inscrições e, consequentemente, a realização de contribuição esporádica, segundo o item 4.6 do pacto (f. 36).**

No caso em exame, observo que o apelante, como bem frisou a nobre magistrada singular, possuía regularidade nos pagamentos, procedendo com a contribuição de forma compatível com a finalidade do plano de previdência complementar, de modo que num dado momento manifestou a pretensão de aumentar a sua contribuição no percentual de quase 100% (cem por cento) do valor que já contribuía, o que leva a crer na possível intenção de desvirtuamento do contrato.

**Quanto a alegação do apelante da impossibilidade de modificação das cláusulas contratuais, como consta da sentença recorrida, o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça é no sentido da inexistência de direito adquirido nos planos de previdência complementar, mormente quando a alteração visa a própria higidez financeira do contrato.**

A rigidez quanto à imutabilidade dos contratos, sobretudo dos que se prolongam no tempo, como o de previdência complementar, não pode ser tamanha a ponto de ocasionar a sua ruína ou a inviabilidade do seu cumprimento, se fazendo possível a sua modificação consubstanciada na exigência de manutenção do equilíbrio econômico -financeiro dos planos contratados. (...).

Desse modo, pelos motivos acima expostos, entendo legítima a recusa da apelada da majoração das contribuições do apelante, a qual, a meu ver, visa preservar o objeto do contrato e impedir o seu desequilíbrio econômico, estando correta, portanto, a sentença que julgou improcedente o pedido. [grifou-se]

Vê-se, portanto, que a controvérsia foi decidida à luz das peculiaridades da demanda. Eventual reforma do acórdão recorrido, sobretudo na parte relativa ao exame das cláusulas do contrato de previdência privada, demandaria o reexame das provas dos autos, juízo obstado pelas Súmulas 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PREQUESTIONAMENTO. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA RECONSIDERAR A DECISÃO AGRAVADA E, EM NOVO EXAME, CONHECER DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. Fica inviabilizado o conhecimento de temas trazidos na petição de recurso especial, mas não debatidos e decididos nas instâncias ordinárias, tampouco suscitados em embargos de declaração, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Aplicação, por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF.

2. O Tribunal de origem concluiu que a forma de cálculo do benefício devido à agravada foi realizada de forma incorreta, com fundamento no regulamento da entidade de previdência complementar e nas provas carreadas aos autos.

**3. A modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria análise de cláusulas contratuais e reexame do conjunto probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a**

# Superior Tribunal de Justiça

**teor do que dispõem as Súmulas 5 e 7 deste Pretório.**

4. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada, e, em novo exame, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial.

(AgInt no AREsp 1483258/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 11/09/2019)

2. Ademais, conforme se constata das razões recursais, o fundamento do acórdão recorrido, no sentido "*da inexistência de direito adquirido nos planos de previdência complementar, mormente quando a alteração visa a própria higidez financeira do contrato*", não foi impugnado pela parte recorrente.

Desse modo, a subsistência de fundamentos inatacados aptos a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula 283/STF: "*É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles*".

3. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, **nega-se provimento** ao agravo, majorando os honorários sucumbenciais, com base no art. 85, § 11, do NCPC, em 1% (um por cento) sobre o valor da causa, a ser suportado exclusivamente pela parte recorrente, observadas as regras da gratuidade da justiça.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator